

## CAO-JÚRI

Edição n. 02/2020

CUIABÁ, 11 de maio de 2020.

### SUMÁRIO

<b>PROJETO: NÚCLEO DE DEFESA DA VIDA.....</b>	<b>3</b>
<b>JÚRI e COVID-19.....</b>	<b>3</b>
Banco de Peças.....	3
Coronavírus: como fica o júri após a quarentena?.....	4
O Tribunal do Júri em Tempo de Pandemia.....	4
<b>ARTIGOS.....</b>	<b>5</b>
Violência doméstica e feminicídio contra a mulher indígena.....	5
Até que a SUA morte nos separe!.....	5
A confissão qualificada e seus desdobramentos na legislação brasileira.....	5
Com isolamento, a questão da violência contra a mulher fica ainda mais grave.....	5
<b>NOTÍCIAS LOCAIS – MPMT, TJMT e outros.....</b>	<b>5</b>
MPMT: Mercenários – Novos integrantes são condenados a penas que chegam a 33 anos.....	5
TJMT: Em Vera júri de acusado de homicídio é marcado com menos de seis meses do crime.....	6
Seis mulheres são mortas em 15 dias em MT.....	6
MPMT quer que júri de acusados de matar prefeito não ocorra no município.....	6
TJMT: Presidente reafirma suspensão de audiências e sessões plenárias do Tribunal do Júri.....	6
MPMT: Casos de Violência contra a Mulher são monitorados em período de isolamento social.....	7
<b>Outros MPs.....</b>	<b>7</b>
MPCE: Primeiro julgamento com aplicação da Lei Anticrime pelo Tribunal do Júri de Fortaleza sentença réus a 15 anos de prisão.....	7
MPF denuncia seis ex-agentes da ditadura pelo assassinato de Vladimir Herzog.....	8
MPBA: Dois homens são condenados a 20 anos de prisão em Vitória da Conquista.....	8
MPAC oferece denúncia ao Tribunal do Júri contra acusado praticar homicídio no bairro Belo Jardim.....	8
MPAC oferece denúncia ao Tribunal do Júri contra casal por homicídio e ocultação de cadáver.....	9
MPDFT denuncia por homicídio doloso autora de atropelamento em Ceilândia.....	9
<b>CNJ, TRIBUNAIS e outros.....</b>	<b>9</b>
CNJ: Judiciário reforça ações de combate à violência contra a mulher.....	9
Senado: Educação é fundamental na luta contra o feminicídio, dizem debatedores.....	10
CNJ: Processos de violência doméstica e feminicídio crescem em 2019.....	10
TJRJ: Caso Marielle – réus irão a júri popular.....	11
CNJ: Mais eficiência e agilidade no combate à violência contra a mulher.....	11
TJDFT disponibiliza material educativo sobre violência contra a mulher.....	11
Rede de enfrentamento vai otimizar atendimento às vítimas de violência doméstica.....	11
TJMS: Violência doméstica pode aumentar durante quarentena, diz coordenadora da Mulher.....	12
Sete em cada 10 vítimas de feminicídio em SP foram mortas em casa.....	12
EUA: 20 Veredictos do júri têm de ser unânimes, diz Suprema Corte.....	12
Senado: Projetos buscam garantir atendimento a mulheres vítimas de violência durante pandemia.....	13



# BOLETIM INFORMATIVO

TJ-AL: MP recorre e acusada de infanticídio irá a júri popular.....	13
TJ-MG: Acusado de tentativa de homicídio por furto de energia vai a júri.....	13
<b>STJ.....</b>	<b>14</b>
STJ: Sessão que julgaria réu da Boate Kiss é suspensa até decisão sobre desaforamento.....	14
STJ: Caso Marielle.....	15
STJ: Prescrição da pretensão punitiva na ação penal não impede andamento de ação indenizatória no juízo cível.....	15
STJ anula desaforamento de Tribunal do Júri por falta de fundamentação.....	15
STJ: Estudante acusado de agredir colega na escola aguardará preso julgamento por homicídio.....	16
STJ: Investigação de crime doloso contra a vida praticado por Militar contra Civil.....	16
STJ: Relator nega liminar e mantém presa a Viúva da Mega-Sena.....	16
STJ: Idoso de 79 anos, acusado de homicídio qualificado, tem prisão preventiva substituída por outras medidas em virtude da Covid-19.....	17
STJ: Análise da validade do empréstimo de jurados de outros plenários do mesmo Tribunal do Júri.....	17
STJ: Conflito de competência em razão de homicídio envolvendo PMs de Estados diferentes.....	17
STJ: Multa em razão de abandono do Plenário do Tribunal do Júri.....	18
<b>STF.....</b>	<b>18</b>
STF: Mantida pena de condenado por atropelar intencionalmente universitário em Itapetininga (SP).....	18
STF: 1ª Turma determina realização de novo Júri diante de absolvição de réu contra provas dos autos.....	18
STF: Sustentação oral de 3 minutos não gera nulidade do Júri.....	19
STF: Primeira Turma determina realização de novo Júri de réu absolvido contra a prova dos autos.....	19
STF: Celso de Mello concede habeas corpus e anula júri por cerceamento de defesa.....	19
STF: Cumprimento Imediato da Pena do Júri (RE 1.235.340/SC).....	20
STF vai decidir se tribunal pode determinar novo júri de réu absolvido contra as provas dos autos.....	22
STF: Se fundamentado, uso de algemas no Júri é legítimo.....	22
<b>DICA.....</b>	<b>22</b>



## PROJETO: NÚCLEO DE DEFESA DA VIDA

O Projeto de Núcleo de Defesa da Vida apresenta-se como potencial vetor de mudança de uma cultura jurídica que não empresta a devida importância às vítimas da violência. A modificação desse quadro histórico de desatenção aos direitos e garantias fundamentais dessa parcela significativa da população brasileira se faz necessária e urgente para efeitos de pacificação social e redução dos efeitos danosos relacionados à sensação de impunidade.

Nesse contexto, o Núcleo de Defesa da Vida estabelece um olhar mais detido e humano às vítimas e/ou familiares das vítimas de crimes e atos infracionais dolosos contra a vida e latrocínio, garantindo-lhes o direito de acesso à informação e de colaboração, oferecendo o apoio e proteção necessários, por meio do acolhimento e atendimento jurídico e psicossocial, orientação e encaminhamento às redes de proteção, assim como a efetiva apuração das consequências dos delitos e dos critérios para fixação dos valores mínimos para reparação de danos sofridos.

Conforme Planejamento Estratégico Institucional, o objetivo é a implantação de 8 (oito) Núcleos de Defesa da Vida no MPMT até o ano 2023, incluindo o já instalado na Capital.

O projeto está inscrito no [Banco Nacional de Projetos do CNMP](#) e no Innovare 2020.

*Notícia relacionada: [MPMT concorre este ano com 51 projetos](#)*

## JÚRI e COVID-19

### ➤ Banco de Peças

O Centro de Apoio Operacional do Júri disponibilizou modelos de peças relacionadas ao COVID-19. Confira [AQUI](#).



➤ **Coronavírus: como fica o júri após a quarentena?**

No Estado de São Paulo, bem como em outros Estados do Brasil, os julgamentos pelo Júri – de acusados presos ou soltos – estão suspensos, em razão da pandemia de Coronavírus que assola o Brasil e o mundo.

Seria possível a realização de julgamento pelo Júri por videoconferência?

Embora seja autorizado, excepcionalmente, durante o julgamento pelo Júri, a realização de interrogatório por videoconferência (art. 185, § 3º, do CPP), a sessão de julgamento em si é inviável.

Não há como, por videoconferência, instrumentalizar-se o comparecimento de 25 jurados; o sorteio de sete dentre eles; o recolhimento de testemunhas em salas próprias; a oitiva das testemunhas; os debates entre as partes; a votação dos quesitos em sala secreta; impraticável, ainda, zelar-se pela incomunicabilidade dos jurados sorteados, entre si ou com terceiros, durante a sessão, uma vez que julgariam o acusado de suas casas!

Em suma, eis um julgamento que ainda não se imagina possa ser realizado virtualmente. [Clique aqui e veja vídeo com a manifestação do promotor de Justiça, Walfredo Cunha Campos, analisando o tema.](#)

➤ **O Tribunal do Júri em Tempo de Pandemia**

César Danilo Ribeiro de Novais, Promotor de Justiça do Tribunal do Júri (MPMT)

Os julgamentos pelo Tribunal do Júri não podem ser suspensos indefinidamente, pois, além da violação ao direito à vida exigir rápida resposta estatal, o acusado tem o direito de ser julgado em prazo razoável e a sociedade não pode ser desprotegida com a liberdade de pessoas com significativo potencial de ofender à paz social.



O que fazer, então, para viabilizar as sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri, sem comprometer a saúde das pessoas envolvidas?

Confira [AQUI](#) os apontamentos feitos pelo Dr. César Danilo Ribeiro de Novais.

## ARTIGOS

➤ [Violência doméstica e feminicídio contra a mulher indígena](#)

Barbara Jandaia de Brito Nicodemos, Assistente Social no CRAS da Aldeia Bororó (Dourados/MS).

➤ [Até que a SUA morte nos separe!](#)

Gislaine Carneiro Campos Reis, Juíza de Direito TJDF.

➤ [A confissão qualificada e seus desdobramentos na legislação brasileira](#)

Rafael Simonetti, Promotor de Justiça do Estado de Goiás.

➤ [Com isolamento, a questão da violência contra a mulher fica ainda mais grave](#)

Djamila Ribeiro, colunista da Folha.

## NOTÍCIAS LOCAIS – MPMT, TJMT e outros

➤ [MPMT: Mercenários – Novos integrantes são condenados a penas que chegam a 33 anos](#)

Publicação em 11/03/2020

As penas aplicadas a mais três integrantes do grupo de extermínio “os mercenários”, submetidos a julgamento do Tribunal do Júri no dia 10 de março, variaram de 28 a 33 anos. Os réus Jeferson Fátimo da Silva, Claudiomar Garcia de Carvalho e Pablo Plinio Mosqueiro de Aguiar vão cumprir a condenação em regime inicialmente fechado.



➤ [TJMT: Em Vera júri de acusado de homicídio é marcado com menos de seis meses do crime](#)

Publicação em 13/03/2020

A comarca de Vera realiza sessão de julgamento para julgar um réu que está sendo processado pela prática de homicídio simples. O crime aconteceu em setembro do ano passado. Em menos de seis meses o acusado foi pronunciado e será levado a júri.

➤ [Seis mulheres são mortas em 15 dias em MT](#)

Publicação em 16/03/2020

Seis mulheres foram mortas em Mato Grosso nos primeiros 15 dias de março deste ano.

*Obs. Além dessa, durante os meses de março/abril foram publicadas no [Portal CAO-Júri](#) várias notícias de crimes contra a vida ocorridos no Estado.*

➤ [MPMT quer que júri de acusados de matar prefeito não ocorra no município](#)

Publicação em 16/03/2020

O MPMT, por meio da Promotoria de Justiça de Colniza, requereu ao Tribunal de Justiça o desforamento do Tribunal do Júri dos acusados Yana Fois Coelho Alvarenga e Antônio Rodrigues Pereira Neto. Ambos serão submetidos a júri popular pelo assassinato do prefeito de Colniza, Esvandir Antonio Mendes, em dezembro de 2017.

➤ [TJMT: Presidente reafirma suspensão de audiências e sessões plenárias do Tribunal do Júri](#)

Publicação em 18/03/2020

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, reafirmou a suspensão de determinadas atividades do Poder Judiciário do



Estado com a finalidade de prevenir o contágio pelo Covid-19, ou novo coronavírus. O presidente reforçou que estão suspensas quaisquer audiências no âmbito da Primeira Instância e sessões plenárias do Tribunal do Júri, assim como as sessões judiciais ou administrativas dos órgãos do Tribunal de Justiça e das Turmas Recursais dos Juizados Especiais. Confira [AQUI](#) a nova Portaria Conjunta n. 321/2020-PRES-CGJ que prorrogou para 31/05 o fechamento das unidades judiciárias e os prazos dos processos físicos.

➤ [MPMT: Casos de Violência contra a Mulher são monitorados em período de isolamento social](#)

Publicação em 27/03/2020

O isolamento social provocado pela Covid-19 chama a atenção das autoridades para um possível aumento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em Mato Grosso, promotores de Justiça de todo o estado foram orientados a monitorar os casos e reforçar a divulgação dos canais de atendimento.

## Outros MPs

➤ [MPCE: Primeiro julgamento com aplicação da Lei Anticrime pelo Tribunal do Júri de Fortaleza sentencia réus a 15 anos de prisão](#)

Publicação em 16/03/2020

O conselho de sentença da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza sentenciou, no dia 11, os réus Jhony Peterson Coelho dos Santos (vulgo Cafezinho) e Jardel Oliveira de Sousa a 15 anos de reclusão – prisão inicialmente em regime fechado – pela prática de homicídio doloso com duas qualificadoras (meio cruel e uso de meio que dificultou a defesa da vítima). A sentença atende a uma Ação Penal de Competência do Júri proposta pelo Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), observando-se os



ditames da Lei 13.964/2019, conhecida como pacote anticrime, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada no dia 24 de dezembro do ano passado, mas começou a vigorar no dia 23 de janeiro deste ano. Por se tratar de um assunto novo, este foi o primeiro caso de um réu solto que é preso ao final do julgamento por força da lei anticrime no Ceará.

➤ [\*\*MPF denuncia seis ex-agentes da ditadura pelo assassinato de Vladimir Herzog\*\*](#)

Publicação em 23/03/2020

Jornalista foi torturado e morto em outubro de 1975; Brasil já foi alvo de condenação internacional devido à impunidade dos envolvidos.

➤ [\*\*MPBA: Dois homens são condenados a 20 anos de prisão em Vitória da Conquista\*\*](#)

Publicação em 30/03/2020

Segundo a denúncia, no dia dos crimes os condenados saíram em uma moto com o objetivo de matar um integrante de uma facção rival do tráfico de drogas local. Como não o encontraram, pararam no bar e atiraram contras pessoas presentes no estabelecimento, atingindo de forma fatal as duas vítimas.

➤ [\*\*MPAC oferece denúncia ao Tribunal do Júri contra acusado praticar homicídio no bairro Belo Jardim\*\*](#)

Publicação em 30/03/2020

Assinada pelo promotor de Justiça Ildon Maximiano Peres Neto, a denúncia relata que José Augusto de Freitas teria envolvimento amoroso com o denunciado em troca valores financeiros. No dia dos fatos, os dois permaneceram juntos na residência da vítima, que acabou sendo atacada e espancada pelo denunciado com vários golpes de faca pelo corpo, vindo a degolá-la.



➤ [MPAC oferece denúncia ao Tribunal do Júri contra casal por homicídio e ocultação de cadáver](#)

Publicação em 30/03/2020

A denúncia diz que o casal premeditou a ação criminosa, atraindo a vítima em sua residência, onde teria sido sofrido golpes de arma branca. Segundo o MP, Francisco das Chagas teria tido envolvimento amoroso com a denunciada e o convite para visitá-la era engodo através do qual a dupla o dominaria. No local, ele teria sofrido 40 lesões de arma branca e foi degolado. Sua motocicleta e o aparelho celular foram furtados, e o corpo desovado no Ramal Riozinho do Rola, em Rio Branco.

➤ [MPDFT denuncia por homicídio doloso autora de atropelamento em Ceilândia](#)

Publicação em 03/04/2020

A 5ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Ceilândia denunciou, nesta quarta-feira, 1º de abril, a motorista Luzia Ferreira de Assis pela morte do ciclista Jailson Barbosa de Oliveira. O crime ocorreu em janeiro e ficou constatado que a autora tinha consumido álcool e cocaína na data do crime.

## CNJ, TRIBUNAIS e outros

➤ [CNJ: Judiciário reforça ações de combate à violência contra a mulher](#)

Publicação em 09/03/2020

O CNJ realizou em março a 16ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa.



➤ [Senado: Educação é fundamental na luta contra o feminicídio, dizem debatedores](#)

Publicação em 09/03/2020

Em tempos de preocupações com a disseminação mundial do coronavírus, participantes da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) que debateu a violência contra a mulher, nesta segunda-feira (9), alertaram para o que consideram uma epidemia brasileira que merece tanta atenção das autoridades, do Parlamento e da sociedade quanto a direcionada à doença chinesa: o feminicídio.

➤ [CNJ: Processos de violência doméstica e feminicídio crescem em 2019](#)

Publicação em 11/03/2020

O Brasil terminou o ano de 2019 com mais de um milhão de processos de violência doméstica e 5,1 mil processos de feminicídio em tramitação na Justiça. Nos casos de violência doméstica, houve aumento de quase 10%, com o recebimento de 563,7 mil novos processos. Os casos de feminicídio que chegaram ao Judiciário cresceram 5% em relação a 2018. Os dados estão no Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, do CNJ.

Mato Grosso é o segundo estado brasileiro em número de feminicídios. Foram 110 em 2019, contra 108 em 2018. O Estado aparece com média de 6,4 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes, bem acima da média nacional, que é de 1,8 casos por grupo de 100 mil. Para a desembargadora Maria Erotides Kneip, que está à frente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher), a violência contra a mulher é fruto de cultura, e transformação cultural leva tempo. No entanto, ela vem acontecendo ([notícia TJMT](#)).



➤ [TJRJ: Caso Marielle – réus irão a júri popular](#)

Publicação em 11/03/2020

Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, acusados pela morte da vereadora Marielle Franco e do motorista dela, Anderson Matias, serão submetidos a júri popular. A decisão, proferida nesta terça (10/03), é do juiz Gustavo Gomes Kalil, da 4ª Vara Criminal da Capital.

➤ [CNJ: Mais eficiência e agilidade no combate à violência contra a mulher](#)

Publicação em 16/03/2020

O aumento nos processos de violência doméstica e de feminicídio ocorrido em 2019 trouxe um desafio ao Poder Judiciário. Para ser mais eficiente e dar maior agilidade à atuação dos magistrados, os tribunais reforçaram sua estrutura, ampliando as varas exclusivas, as salas de atendimento privativas e os setores psicossociais.

➤ [TJDFT disponibiliza material educativo sobre violência contra a mulher](#)

Publicação em 25/03/2020

O TJDFT, por meio do Núcleo Judiciário da Mulher – NJM, decidiu disponibilizar, gratuitamente e totalmente on-line, uma série de vídeo-aulas do projeto Maria da Penha Vai à Escola – MPVE, bem como o e-book do curso Educar para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, oferecido pelo programa.

➤ [Rede de enfrentamento vai otimizar atendimento às vítimas de violência doméstica](#)

Publicação em 03/04/2020

Órgãos públicos que integram a rede de enfrentamento à violência doméstica irão ampliar seus canais de divulgação e otimizar os fluxos de trabalho para que a vítima – em isolamento social por causa do coronavírus – seja atendida com mais celeridade nas delegacias quando for denunciar o agressor ou solicitar medida protetiva de urgência. O



primeiro passo para essas ações foi dado nesta quarta-feira (01/04), quando os integrantes da rede se reuniram – por videoconferência.

➤ [\*\*TJMS: Violência doméstica pode aumentar durante quarentena, diz coordenadora da Mulher\*\*](#)

Publicação em 03/04/2020

Autoridades veem a possibilidade de aumento nos casos de violência contra a mulher durante a quarentena imposta, devido à pandemia de coronavírus. A Coordenadora da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS, juíza Helena Alice Machado Coelho, faz o alerta e indica que as mulheres que sofrerem qualquer abuso devem procurar delegacias e, na Capital, a Casa da Mulher Brasileira, que mantém todos os atendimentos funcionando neste período.

➤ [\*\*Sete em cada 10 vítimas de feminicídio em SP foram mortas em casa\*\*](#)

Publicação em 20/04/2020

Sete em cada 10 vítimas de feminicídio no estado de São Paulo, em 2019, foram mortas dentro de casa. Um total de 125 mortes ocorreram nas residências das vítimas no ano passado, o que representa um aumento de 40% em relação a 2018, quando foram 89 mortes em casa. O levantamento foi revelado pelo Instituto Sou da Paz, com base nos números disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do estado e Corregedorias das Polícias Civil e Militar.

➤ [\*\*EUA: 20 Veredictos do júri têm de ser unânimes, diz Suprema Corte\*\*](#)

Publicação em 24/04/2020

A Suprema Corte dos EUA decidiu que veredictos do júri têm de ser unânimes — e não por maioria — nos casos de crimes sérios. Isso é um requisito do direito constitucional do réu a um julgamento imparcial, diz a decisão. Se o júri for indeciso, o julgamento será anulado. E um novo julgamento será marcado, com jurados diferentes.



➤ [Senado: Projetos buscam garantir atendimento a mulheres vítimas de violência durante pandemia](#)

Publicação em 24/04/2020

Projetos recém-apresentados no Senado buscam proteger a mulher vítima de violência durante a pandemia de covid-19. O PL 1.796/2020 reconhece a urgência dos processos relativos ao tema, para que não sejam interrompidos no período. Já o PL 1.798/2020 permite que os registros de ocorrência sejam feitos pela internet, além de autorizar depoimentos das vítimas em casa.

➤ [TJ-AL: MP recorre e acusada de infanticídio irá a júri popular](#)

Publicação em 07/05/2020

O juiz Alfredo dos Santos Mesquita, da 5ª Vara Criminal de Arapiraca, determinou que a ré Rosimere de Almeida Santana vá a júri popular pelo crime de infanticídio, ocorrido em maio de 2007. A pronúncia foi publicada no DJE do dia 4 de maio.

Segundo a denúncia do Ministério Público, Rosimere teria causado um traumatismo crânio-encefálico na filha ainda durante o parto, sob influência do estado puerperal, causando sua morte.

➤ [TJ-MG: Acusado de tentativa de homicídio por furto de energia vai a júri](#)

Publicação em 11/05/2020

Um furto de energia ("gato") foi motivo de uma tentativa de homicídio no Bairro São Cristóvão, em Belo Horizonte. O acusado, um homem de 63 anos, atirou contra o vizinho de quem estava roubando a energia, quando este saiu para verificar o motivo da queda de luz em sua casa. O réu foi pronunciado pelo crime de tentativa de homicídio por motivo torpe e utilizando recurso que dificultou a defesa da vítima.



## STJ

### ➤ [STJ: Sessão que julgaria réu da Boate Kiss é suspensa até decisão sobre desaforamento](#)

Publicação em 13/03/2020

O ministro do STJ Rogerio Schietti Cruz deferiu o pedido do Ministério Público do Rio Grande do Sul para suspender o julgamento de um dos acusados pelas mortes no incêndio da Boate Kiss, ocorrido em 2013. A sessão do tribunal do júri estava marcada para o dia 16 de março, na cidade de Santa Maria (RS), local da tragédia.

A suspensão é válida até o julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), do pedido de desaforamento feito pelo MP gaúcho em relação ao único dos quatro réus do caso que ainda estava com o julgamento previsto para Santa Maria.

Os outros três conseguiram decisões favoráveis do TJRS para transferir os respectivos julgamentos para a comarca de Porto Alegre, alegando o risco de parcialidade caso fossem submetidos ao júri na mesma cidade onde houve o incêndio. O MP recorreu ao STJ contra a transferência e chegou a pedir ao ministro Schietti que suspendesse as decisões do TJRS para assegurar que todos fossem julgados juntos em Santa Maria – pedido [negado](#) pelo ministro no dia 06/03.

Diante da impossibilidade de reunir todos os réus em um mesmo júri em Santa Maria, o MP resolveu pedir ao TJRS que também o último acusado tivesse seu julgamento transferido para Porto Alegre, e ainda requereu liminar para suspender a sessão do dia 16. O desembargador relator negou a liminar, mas o pedido principal – o desaforamento – ainda não foi julgado.

Cobertura completa do caso: [AQUI](#).



➤ **STJ: Caso Marielle**

[Federalização exige prova de incapacidade das autoridades locais e risco de impunidade](#)

Publicação em 16/03/2020

Em breve, a Terceira Seção do tribunal deve se reunir para analisar se há motivos para que a Polícia Federal e a Justiça Federal assumam a investigação que apura quem mandou assassinar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, mortos em 2018, no Rio de Janeiro (o pedido tramita em segredo judicial).

[Acusado de ocultar armas no caso Marielle Franco vai continuar em prisão preventiva](#)

Publicação em 28/04/2020

O ministro do STJ Ribeiro Dantas indeferiu um pedido de libertação imediata – ou colocação em regime domiciliar – apresentado em favor de Josinaldo Lucas Freitas, denunciado pela ocultação de armas que seriam do policial Ronnie Lessa, um dos acusados do assassinato da vereadora Marielle e de seu motorista, Anderson Gomes.

➤ [STJ: Prescrição da pretensão punitiva na ação penal não impede andamento de ação indenizatória no juízo cível](#)

Publicação em 16/03/2020

Para a Terceira Turma do STJ, a prescrição da ação penal não afasta o interesse processual no exercício da pretensão indenizatória por meio de ação civil ex delicto (ação movida pela vítima na Justiça cível para ser indenizada pelo dano decorrente do crime).

➤ [STJ anula desaforamento de Tribunal do Júri por falta de fundamentação](#)

Publicação em 20/03/2020

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do STJ, anulou decisão que deferiu pedido de desaforamento de Tribunal do Júri de acusado por tentativa de homicídio qualificado. O



Tribunal de origem havia determinado a transferência do julgamento de Brejão/PE para Recife. Para o ministro, o desaforamento foi deferido sem mais fundamentações.

➤ **[STJ: Estudante acusado de agredir colega na escola aguardará preso julgamento por homicídio](#)**

Publicação em 23/03/2020

A Quinta Turma do STJ decidiu manter a prisão preventiva de um jovem de 18 anos acusado de agredir e matar um colega no pátio do colégio em que estudavam, em Belo Horizonte. A decisão, unânime, levou em conta a necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a personalidade agressiva do réu e a natureza grave do crime cometido.

➤ **[STJ: Investigação de crime doloso contra a vida praticado por Militar contra Civil](#)**

Publicação em 23/03/2020

INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTO CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. MILITAR CONTRA CIVIL. ART. 125, § 4º, DA CF. ART. 9º DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ART. 82 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. INQUÉRITO CONDUZIDO PELA POLICIAL CIVIL E DUPLICIDADE DE APURAÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. Vide [AgRg no RHC 122.680/PR](#).

➤ **[STJ: Relator nega liminar e mantém presa a Viúva da Mega-Sena](#)**

Publicação em 27/03/2020

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ribeiro Dantas negou liminar para revogar a prisão preventiva da mulher conhecida como Viúva da Mega-Sena. Ela foi condenada a 20 anos de prisão por encomendar, em 2007, a morte do marido, na cidade de Rio Bonito, região metropolitana do Rio de Janeiro. O crime teria sido motivado por herança, pois a vítima havia ganhado R\$ 52 milhões na Mega-Sena em 2005. [Notícia relacionada](#)



➤ [STJ: Idoso de 79 anos, acusado de homicídio qualificado, tem prisão preventiva substituída por outras medidas em virtude da Covid-19](#)

Publicação em 30/03/2020

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Soares da Fonseca determinou a substituição da prisão preventiva de um idoso de 79 anos por outras medidas cautelares, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal (CPP), por considerar que ele se enquadra no grupo de risco do novo coronavírus (Covid-19).

➤ [STJ: Análise da validade do empréstimo de jurados de outros plenários do mesmo Tribunal do Júri](#)

Publicação em 16/04/2020

CONVOCAÇÃO DE JURADOS DE OUTRO PLENÁRIO PARA COMPLETAR NÚMERO EXIGIDO POR LEI. AUSÊNCIA DE ARGUIÇÃO NO MOMENTO OPORTUNO. SUPLENTE DO MESMO TRIBUNAL DO JÚRI. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. Vide [HC 118.491/SP](#).

➤ [STJ: Conflito de competência em razão de homicídio envolvendo PMs de Estados diferentes](#)

Publicação em 16/04/2020

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. HOMICÍDIO ENVOLVENDO POLICIAIS MILITARES DE DIFERENTES UNIDADES DA FEDERAÇÃO. JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA MILITAR. DISSENSO ACERCA DA PRÁTICA DE CRIME MILITAR OU COMUM. POLICIAIS FORA DE SERVIÇO. DISCUSSÃO INICIADA NO TRÂNSITO. CONTEXTO FÁTICO QUE NÃO SE AMOLDA AO DISPOSTO NO ART. 9º, II, A, E III, D, DO CPM. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.



➤ [STJ: Multa em razão de abandono do Plenário do Tribunal do Júri](#)

Atualização em 07/05/2020

A Quinta Turma tem rechaçado a postura de abandonar o plenário do Júri como tática da defesa, considerando se tratar de conduta que configura sim abandono processual, apto, portanto, a atrair a aplicação da multa do art. 265 do Código de Processo Penal (Vide AgRg no REsp 1636861/SC e AgRg no REsp 1821501/PR).

## STF

➤ [STF: Mantida pena de condenado por atropelar intencionalmente universitário em Itapetininga \(SP\)](#)

Publicação em 10/03/2020

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou incabível o Habeas Corpus (HC) 181771, em que a defesa de Jaime Tozzo Júnior, condenado a oito anos e dez meses de prisão por ter atropelado intencionalmente um universitário em Itapetininga (SP) em 2000, pedia para converter a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

➤ [STF: 1ª Turma determina realização de novo Júri diante de absolvição de réu contra provas dos autos](#)

Publicação em 11/03/2020

Por maioria de votos, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o Tribunal do Júri pode realizar nova deliberação em processo-crime julgado de forma contrária às provas. A decisão foi tomada na sessão desta terça-feira (10) no exame do Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) 170559, que trata da possibilidade de o Ministério Público recorrer de julgamento em que o Júri absolve o réu, mesmo após admitir a existência de materialidade e de indícios de autoria ou participação no delito.



➤ **[STF: Sustentação oral de 3 minutos não gera nulidade do Júri](#)**

Publicação em 14/04/2020

Se houve defesa e não se comprova prejuízo, não há que se falar em nulidade de julgamento por defesa consideravelmente curta. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou pedido de réu condenado a 28 anos de prisão pelo Tribunal do Júri, após julgamento em que a defesa se utilizou de 3 dos 90 minutos a que tinha direito.

➤ **[STF: Primeira Turma determina realização de novo Júri de réu absolvido contra a prova dos autos](#)**

Publicação em 15/04/2020

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou, em sessão realizada por meio de videoconferência nesta terça-feira (14), o Habeas Corpus (HC) 146672, impetrado pela Defensoria Pública do Distrito Federal contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que admitiu a possibilidade de o Tribunal de Justiça revisar decisão que seja manifestamente contrária às provas dos autos, no Tribunal do Júri. Segundo os ministros, embora o veredicto do Conselho de Sentença seja soberano, suas decisões não são inatacáveis e o Código de Processo Penal (CPP) estabelece as possibilidades de apelação.

➤ **[STF: Celso de Mello concede habeas corpus e anula júri por cerceamento de defesa](#)**

Publicação em 05/05/2020

É direito do réu que as testemunhas arroladas por ele, além dos peritos oficiais e assistentes técnicos, sejam inquiridas em plenário no Tribunal do Júri, conforme o artigo 159, parágrafos 3º e 5º do Código do Processo Penal. Essa garantia representa uma das "projeções concretizadoras do direito à prova", configurando prerrogativa jurídica essencial, e seu descumprimento é um desrespeito injustificável ao postulado constitucional do "due process of law".



Com esse entendimento, o ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello concedeu habeas corpus para anular o júri de um homem acusado pelo crime de homicídio qualificado por cerceamento de defesa. Em decisão monocrática, o ministro garantiu à defesa o direito de ouvir testemunhas, peritos e assistentes técnicos arrolados para o segundo júri ao qual o réu foi submetido.

➤ [STF: Cumprimento Imediato da Pena do Júri \(RE 1.235.340/SC\)](#)

Atualização em 05/05/2020

O Julgamento Virtual do RE 1.235.340 foi iniciado em 24/04/2020. Na ocasião, o relator, ministro Luís Roberto Barroso, propôs a seguinte tese: *"A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada"*.

Ao votar, Barroso disse que: *"Viola sentimentos mínimos de justiça, bem como a própria credibilidade do Poder Judiciário, que o homicida condenado saia livre após o julgamento, lado a lado com a família da vítima"*. Além disso, ressaltou que a imediata execução da pena após condenação pelo Tribunal do Júri não viola o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade, pois diferentemente do que se passa em relação aos demais crimes, nenhum tribunal tem o poder de substituir a decisão do júri.

Até o momento, o voto do relator foi seguido pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli. A divergência foi aberta pelo ministro Gilmar Mendes e, em seguida, o julgamento foi suspenso em razão de [pedido de vista](#) pelo ministro Ricardo Lewandowski.



**MPMT**  
Ministério Público  
do Estado de Mato Grosso

Centro de Apoio Operacional  
do Júri

## BOLETIM INFORMATIVO

caojuri@mpmt.mp.br

➤ RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1235340

### RECURSO EXTRAORDINÁRIO CRIMINAL COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA

**VOTO: Provimento do Recurso Extraordinário, com a fixação da seguinte tese: "A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada".**



Relator(a): MIN. ROBERTO BARROSO  
Órgão Julgador: Plenário  
Lista: 119-2020

#### Acompanho o Relator



MIN. DIAS TOFFOLI

#### Divirjo do Relator



MIN. GILMAR MENDES

#### Pedido de Vista



MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

*(clique nas imagens para baixar a íntegra dos votos)*

Relembre e acompanhe o caso [AQUI](#).

*Obs.* O Ministério Público do Estado de Mato Grosso ingressou no feito na condição de *amicus curiae*, representado pelo Dr. Vinicius Gahya Martins, Promotor de Justiça.

Leia também: [Confraria do Júri](#)



➤ **[STF vai decidir se tribunal pode determinar novo júri de réu absolvido contra as provas dos autos](#)**

Publicação em 11/05/2020

O Supremo Tribunal Federal irá decidir se um tribunal de segunda instância pode determinar a realização de novo júri, caso a absolvição do réu tenha ocorrido em suposta contrariedade à prova dos autos. A matéria é objeto do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1225185, que, por unanimidade, teve repercussão geral reconhecida em sessão virtual (Tema 1.087). [Notícia relacionada](#)

➤ **[STF: Se fundamentado, uso de algemas no Júri é legítimo](#)**

Publicação em 11/05/2020

O uso de algemas durante sessão de julgamento do Tribunal do Júri, quando fundamentado pelo perigo à integridade física alheia, não afronta a Súmula Vinculante 11. Com esse entendimento, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou agravo contra decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes.

## DICA

9 filmes imperdíveis sobre Tribunal do Júri. Confira a lista [AQUI](#).

## Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional do Júri

Equipe CAO-Júri:

Vinicius Gahyva Martins – Promotor de Justiça Coordenador  
Patrícia Mello – Assistente Ministerial